

A CONSTRUÇÃO DO GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA

Adriana Sousa Silva¹
Maria Teresa Navarro de Britto Matos²
Rita de Cássia S. de Carvalho Rosado³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato da experiência vivenciada pelo Arquivo Público da Bahia – APB, na construção do Guia de Fundos e Coleções. O Guia, em construção, encontra-se estruturado de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE e com as normas internacionais em vigor - ISDIAH e ISAAR (CPF). O APB entende que o Guia de Fundos e Coleções é de fundamental importância para as instituições arquivísticas em geral. No caso específico, se apresenta como uma medida necessária, considerando que o APB custodia cerca de 25 quilômetros de documentos. De acordo com Fonseca e Ohira, as condições de acesso nos arquivos públicos estaduais brasileiros indicam que mais da metade tem menos de 50% de seus fundos descritos, e que a maior parte dos arquivos não tem seus guias ou instrumentos de pesquisa publicados nem disponíveis eletronicamente. Situação que dificulta o acesso a seus acervos. Por isso, o Guia de Fundos e Coleções possibilitará a identificação real do acervo do APB, logo que sua construção exige um estudo do acervo de forma a proceder à padronização da descrição arquivística. O retorno deste investimento será imensurável, porque propicia a inserção do APB na sociedade, favorece a democratização, o acesso do cidadão/pesquisador à informação e garante a comprovação de direitos. Portanto, assume o papel de centro de "descobertas" e centro de "cidadania".

Palavras-Chave:

Instrumento de pesquisa; Guia; NOBRADE; ISDIAH; ISAAR; Arquivo Público da Bahia.

¹ Arquivista do Arquivo Público da Bahia. drica_cind@hotmail.com

² Diretora do Arquivo Público da Bahia. mariatmatos@terra.com.br

³ Assessora de Direção do Arquivo Público da Bahia. ritarosado11@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os arquivos têm como finalidade servir à administração, servir à história e facilitar o acesso à informação. Desde aquela que é imprescindível para o processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais e/ou das de uma empresa privada ou pessoa física, àquela que atua como testemunho dos direitos do cidadão com vistas à crítica e "explicação" das sociedades passadas pela historiografia ou a que permanece como componente de um *corpus* informacional que possibilite a transmissão cultural de geração a geração.

Tendo como um dos seus objetivos facilitar o acesso a informação, a arquivística tem como papel fundamental organizar os fundos e/ou conjuntos documentais visando a preservação da história e da memória, e a disseminação da informação.

A partir da necessidade de procedimentos comuns coube ao Canadá, que então iniciava a elaboração de suas normas nacionais, a proposta ao Conselho Internacional de Arquivos, em 1988, da criação de normas para descrição dos documentos arquivísticos auxiliares no processo de elaboração de instrumentos de pesquisa.

No Brasil, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA foi criada em 2001, com o objetivo de elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais, para que as mesmas fossem adotadas como normas brasileiras nas instituições arquivísticas nacionais.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato da experiência vivenciada pelo Arquivo Público da Bahia – APB na construção do instrumento de pesquisa denominado Guia de Fundos e Coleções do APB. O Guia, em construção, encontra-se estruturado de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, e com as normas internacionais em vigor: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH e Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF).

O ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA

O Arquivo Público da Bahia (APB) foi criado em 16 de janeiro do ano de 1890, no alvorecer da instalação do regime republicano no Brasil, pelo então governador do Estado da Bahia Dr. Manoel Victorino Pereira. A criação do APB, como expressa no

Ato do Governador tinha a finalidade primeira “de recolherem-se, quanto antes, em certo e determinado lugar todos os papéis e documentos históricos, administrativos, judiciários, e legislativos deste Estado, disseminados nos diversos arquivos públicos das diferentes repartições”(…). A partir daquela data (16-01-1890) o APB passou a significar o ponto de referência, o guardião do patrimônio documental da Bahia. Ao longo destes cento e vinte (120) anos desempenha as funções de Arquivo no cenário regional e internacional, norteado por normas e procedimentos arquivísticos expressos em cinco (5) regimentos expedidos nos respectivos anos de 1890; 1922; 1950; 1967; 1991. No ano de 2002 alterações drásticas marcou a vida do APB em sua estrutura administrativa e organizacional, por força da Lei nº 8.538 de 20 de dezembro/02 que o colocou na condição de gerência subordinada à Fundação Pedro Calmon, situação que perdura até os dias atuais.

O APB, mesmo passando por essas alterações que comprometeram enormemente a sua autonomia, mantém o status de segundo Arquivo Público do País. O quantitativo de documentos vinte e cinco (25) quilômetros, aproximadamente, apresenta-se como um dado relevante. Porém as informações, os dados contidos naqueles documentos, principalmente dos que foram produzidos à época do Brasil Colonial.

O compromisso do APB com o acesso à documentação sob sua guarda é uma prioridade. Por isso, entende-se que a formulação e a implantação de uma política pública de acesso aos documentos são passos fundamentais para a consolidação da democracia e para o fortalecimento do Estado Democrático. A necessidade de diminuir a distância entre os cidadãos e a sua própria memória é uma responsabilidade reconhecida pelo APB. Ciente de que os arquivos públicos na sociedade contemporânea estão intimamente relacionados à garantia dos direitos individuais e coletivos e, conseqüentemente, ao exercício pleno da cidadania, o APB iniciou a qualificação da descrição e do acesso à informação registrada nos documentos sob sua guarda. Este procedimento encontra-se respaldado nas normas nacionais e internacionais, notadamente aquelas recomendadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

O acervo Documental do APB

O acervo documental do APB é a principal fonte para o estudo da História da Bahia, pois guarda e preserva documentos preciosos para a recuperação da memória histórica brasileira e baiana. Aberto à comunidade, o APB custodia o equivalente a mais de 30 quilômetros de documentos históricos, distribuídos em 04 seções: colonial/provincial, judiciário, republicano e privado/legislativo.

As informações e os dados contidos nos documentos conferem ao Arquivo Público da Bahia à condição da segunda mais importante instituição arquivística pública do País. São documentos raros, manuscritos originais, produzidos à época do Brasil Colonial, quando a capital baiana foi sede do Governo Geral do Estado do Brasil (1549-1763).

A condição de capital aliada à localização geográfica estratégica fez da Cidade do Salvador, também, a capital do Atlântico Sul, para onde convergiam documentos oficiais provenientes da Coroa Portuguesa.

O APB, devido à trajetória da Bahia desde os primórdios da colonização, reúne um acervo de documentos textuais, em suporte papel, do período Colonial, Monárquico e Republicano. Dentre eles, merecem destaque: a carta de doação da Sesmaria da Ilha de Itaparica concedida (1552) por Thomé de Souza a D. Antonio de Athayde; o conjunto documental do Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia, hoje Tribunal de Justiça da Bahia; as Ordens Régias do século XVI ao XIX correspondendo a 122 maços, inclusive aquelas, emitidas pelo Príncipe Regente Dom João, durante os dias que permaneceu na cidade do Salvador (22/01 a 26/02/1808); a coleção de Regimentos Reais, século XVI ao XIX; a coleção da Conjuração Baiana de 1798; os registros sobre captura e pedido de soltura de escravos (século XIX); Livros de Notas da capital e do interior do Estado, séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX; Livros de Registro Civil (século XVII a XX); Processos Criminais, Cíveis e Inventários (século XVII ao XX); Documentos alfandegários e fazendários (século XVIII ao XX); Dossiê sobre aldeamentos e missões indígenas (1770-1807); a coleção Independência do Brasil na Bahia (1822-1824); a coleção Rebelião Escrava dos Malês (1835); a coleção Revolta da Sabinada (1837); o conjunto documental da Assembléia Legislativa Provincial (1835-1937); os livros de entrada e saída de passageiros no Porto de Salvador (1855-1964); as Falas e os Relatórios de Presidentes da Província da Bahia; os Relatórios de

Governadores do Estado da Bahia; Auto de perguntas da Revolta de Canudos (1897); marcas e patentes de fábricas (1888-1924); a coleção do Movimento do Quebra-Bondes (1930); Coleção do Diário Oficial do Estado da Bahia (1915-2008).

O conjunto documental do Tribunal da Relação do Estado do Brasil (1652-1822) é o exemplo da importância do patrimônio documental custodiado pelo APB. Em face do seu significado, o Ministério da Cultura, em 14/11/2008, reconheceu a inscrição do Conjunto Documental do Tribunal da Relação do Estado do Brasil no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As coleções privadas, pessoais e institucionais, que se encontram no APB são: a de Francisco de Góes Calmon (1903 a 1969), a de José Wanderley de Araújo Pinho (1889 a 1950), a de Maria Amália de Carvalho Santos Alves (1821 a 1980), e a da Companhia Empório Industrial do Norte (1891 a 1973).

Coleções de jornais (século XIX e XX), também, compõem o acervo do Arquivo Público da Bahia: A Bahia (1899-1911); A Tarde (1915-1988); Diário da Bahia (1833-1945); Idade d'Ouro do Brazil (1821); O Democrata (1887-1927); O Imparcial (1847-1947) dentre outros.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS

A descrição arquivística é o conjunto de procedimentos em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso.

Para Bellotto (2007), a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes não cabendo nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação; tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula.

O ato de descrever e representar informações contidas em documentos, fundos e/ou coleção de arquivo visam à elaboração de instrumentos de pesquisa que irão propiciar o acesso e a difusão dos documentos de arquivo os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os gerou. As atividades de descrição são importantes em um arquivo porque garantem a compreensão do acervo arquivístico.

Schellenberg completa quando afirma que os instrumentos de busca servem a um duplo propósito de “tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos [...] facilitar ao arquivista a pesquisa”. (2006, p. 313)

Ainda segundo o autor, a elaboração de instrumentos de pesquisa permite que o pesquisador seja independente do profissional responsável pelo arquivo, na medida em que tais instrumentos já fornecem todas as informações necessárias para facilitar e viabilizar seu estudo dos documentos. Neste sentido explica que “O trabalho de descrição requer um certo grau de abnegação, pois o arquivista torna-se, à medida que descreve o material sob sua guarda, cada vez menos necessário quando do seu uso”. (2006, p. 313)

INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DIVULGAÇÃO DO ACERVO

Instrumentos de Pesquisa são obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, segundo Bellotto.

Fundos, grupos, séries e/ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente e são referenciadas nos instrumentos fruto do processo de descrição.

Produtos do processo de descrição arquivística, os Instrumentos de Pesquisa permitem a comunicação da informação orgânica no seio da organização junto dos utilizadores, tanto do seu valor primário como do secundário (administradores, investigadores, cientistas, etc). (ROUSSEAU, 1998)

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) define instrumentos de pesquisa como “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” tendo como objetivo tornar mais conhecido o conteúdo, arranjo e importância do acervo documental.

Bellotto (2007) apresenta como formas tradicionais dos instrumentos de pesquisa o “guia” como instrumento de acesso fácil para o grande público por ter

linguagem abrangente e popular, por dar uma visão do conjunto. Os guias são apresentados como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador; o “inventário” como aquele que descreve conjuntos documentais ou parcelas do fundo, com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada; o “catálogo” como aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação; o “catálogo seletivo”, que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade de documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (MIGUÉIS apud BELLOTO, 2007, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos; os “índices” como aqueles instrumentos que apontam nomes, lugares ou assuntos, estes organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes; e a “edição de fontes” como uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Há que se recordar que os instrumentos de pesquisa de conteúdo geral deveria ser um produto mais comum do processo de descrição arquivística, visto que autores como Schelleberg (2006) há muito já apontavam a descrição que partia do geral e caminhava para a específica como regra a ser observada.

A importância dos instrumentos de pesquisa como ferramentas de divulgação de acervos, sejam eles online ou impressos. Discorre sobre o papel do arquivista como mediador entre a informação e o usuário do ponto de vista informativo e comunicacional.

Finalmente, uma vez que haja mais de um instrumento de pesquisa, eles devem referir-se uns aos outros, para que assim ajudem na divulgação dos diferentes níveis de descrição e possibilidades aos pesquisadores.

Instrumentos de Pesquisa: O Caso do APB

O Arquivo Público da Bahia, como depósito legal da documentação administrativa do Poder Público Estadual, possui a finalidade de preservar e difundir a memória histórica, geográfica, administrativa, legislativa e jurídica do Estado da Bahia.

Levando em consideração que a disponibilização e difusão da informação são as principais metas dos arquivos contemporâneos, e que os Guias é o tipo de instrumento de pesquisa que continuam a ser a “porta de entrada” para os Arquivos Permanentes, torna-se imprescindível e relevante discutir os modos como nos apropriamos desses novos meios de divulgação, o quanto importam em alterações metodológicas, seus limites, passando, sem dúvida, pela questão da normalização internacional e nacional, e por uma nova relação entre o usuário e o acesso aos documentos de arquivo.

Observa-se que o primeiro guia do APB foi publicado e difundido em 1968, na gestão do então diretor Luiz Henrique Dias Tavares. Em seguida, foram elaborados mais dois (02) guias, em suporte papel, publicados nos Anais do APB na gestão de Anna Amélia Vieira Nascimento, referentes aos acervos colonial e provincial.

Em relação aos demais acervos, como por exemplo, o republicano, o judiciário e o legislativo existem apenas listagens, em suporte papel, para consulta dos técnicos do APB e dos pesquisadores na Sala de Consulta de Manuscritos e Impressos.

Esta realidade não condiz com o papel de destaque que o APB ocupa na comunidade nacional e internacional como sendo a segunda instituição arquivística do país de maior importância, não só pela quantidade, mas, sobretudo pelo conteúdo do patrimônio documental custodiado, produzido e acumulado durante o período do Brasil Colonial.

São os instrumentos de pesquisa que possibilitam a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados do acervo custodiado pelo setor de arquivos permanente que compõem a estrutura do Arquivo Público da Bahia, em diferentes graus e amplitudes, sendo os meios pelo qual a informação chega aos consulentes do arquivo.

Na Sala de Consulta de Manuscritos e Impressos do APB existe atualmente três instrumentos de pesquisa. Inventários sumários que descreve parcialmente as séries documentais dos fundos custodiados pelas seções colonial/provincial, republicano, judiciário e privado/legislativo disponível para consultas presenciais. Os 55 volumes dos anais do Arquivo Público da Bahia disponíveis na Biblioteca Francisco Vicente Vianna localizada no APB e o Sistema de Consulta e Registro de Acervo – SICRO que é um banco de dados informatizado via web local que contem documentos como escritura, processo cível, processo crime, inventário, processo de aposentadoria,

processo de terra, fazendário, certidão de nascimento, certidão de óbito, testamento e registro de terras para localizações pontuais (em alimentação constante).

Com o objetivo de melhor disseminar o acervo custodiado pelo APB, encontra-se em fase de elaboração o Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público da Bahia.

O Guia é um instrumento arquivísticos de pesquisa, conhecido tradicionalmente pela característica global, indicativo e orientador, que fornece informações essenciais sobre a totalidade do acervo. Por sua abrangência, continua a encabeçar a linha hierárquica dos instrumentos de pesquisa, garantindo ao arquivista e ao pesquisador o conhecimento global do acervo e de suas possibilidades de pesquisa. Sendo, efetivamente, a "porta de entrada" para o conteúdo informacional dos documentos.

O Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público da Bahia esta sendo elaborado considerando as diretrizes estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, aprovada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, se impondo a necessidade de facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

O uso da NOBRADE é importante, pois a norma estabelece diretrizes para descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normais internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional visando garantir sistemas de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas.

Já a ISDIAH auxilia na determinação do tipo de informação que poderia ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico e fornece orientação sobre como tais descrições podem ser desenvolvidas em um sistema de descrição arquivística. E a ISAAR (CPF) dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades relacionadas à produção e manutenção de arquivos.

A padronização da descrição em entidades custodiadoras, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Habilitando o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante à informação.

O Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público da Bahia facilitará o acesso às informações do acervo por parte dos mais diversos consulentes e está sendo preparado

através de um grupo de trabalho criado de forma a operacionalizar a elaboração e a implementação do guia de fundos e coleções para o APB, analisar o conteúdo dos guias existentes, determinar os campos de acesso, com base na NOBRADE, que deverão compor o guia do APB, conceber um sistema automatizado de descrição arquivística, digitar os dados e revisar os dados inseridos no sistema automatizado de descrição arquivística que será divulgado pela intranet e pela rede de computadores de âmbito mundial de acesso ao público, a internet.

Com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão de gestor de sistema de informação integrado, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas tem sido acrescida aos arquivos públicos.

O momento atual exige a plena integração e utilização das tecnologias de comunicação e informação pelas instituições que custodiam patrimônio documental de notória relevância, sob pena de perder o status de um pólo de construção do conhecimento.

Com base nisso, o APB disponibilizará seus guias através do desenvolvimento de um sistema baseado no software ICA ATOM que vêm sendo recomendado para uso em instituições arquivísticas pelo Arquivo Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório da Fundación Histórica Tavera (1999-2000) aponta os principais problemas que afetam as instituições arquivísticas brasileiras, onde se inclui as instituições arquivísticas públicas estaduais como o Arquivo Público da Bahia. O levantamento realizado em relação às condições de acesso nos arquivos públicos estaduais brasileiros indicam que mais da metade tem menos de 50% de seus fundos descritos, e que a maior parte dos arquivos pesquisados não tem seus guias ou instrumentos de pesquisa publicados nem disponíveis eletronicamente. Situação que dificulta o acesso a seus acervos (FONSECA; OHIRA). Quanto à utilização de normas de descrição, 70% das respostas afirmam serem usadas normas próprias, e 30% usam, parcial ou integralmente, normas internacionais, como a ISDIAH e ISAAR (CPF) (FONSECA).

Então, o Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público da Bahia vai possibilitar a identificação real do acervo do APB, logo que a sua construção exige um estudo do acervo de forma a proceder à padronização da descrição arquivística. A experiência se apresenta como compensadora. Certamente, demandará tempo.

O APB conta com 120 anos de existência e somando à sua idade a quantidade e a qualidade do acervo que custodia é possível prevê que se trata de um investimento a médio e longo prazo. O retorno deste investimento será imensurável, porque propicia a inserção do APB na sociedade: favorece a democratização, o acesso do cidadão / pesquisador à informação arquivística e garante a comprovação de direitos. Portanto, assume o papel de centro de “descobertas” e centro de “cidadania”.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE disponível auxilia a instituição arquivística a dar o primeiro passo, normalizando seus instrumentos de pesquisa.

Não obstante conhecer as áreas e elementos de descrição da NOBRADE é importante salientar que aplicá-la deve ser considerada parte de uma política de descrição da instituição.

Os instrumentos de pesquisa são produtos da descrição arquivística padronizados são fundamentais e está claro que sem os mesmos a recuperação fica comprometida.

Concluí-se que a aplicação de normas de descrição possibilita a troca de informações e melhora o acesso aos documentos e facilita o trabalho do profissional de arquivo, pois serve de parâmetro para descrever e organizar o acervo e ao usuário que terá uma recuperação eficiente.

As normas de descrição arquivística utilizadas pelo APB, ISDIAH, ISAAR (CPF) e NOBRADE, contribuem enormemente para a padronização da descrição e intercâmbio de dados dos documentos custodiados pelo Arquivo Público da Bahia.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 230p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Anais do Arquivo Público da Bahia**. Guia da Colônia, vol. 52. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / APEB, 1995, 44p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Anais do Arquivo Público da Bahia**. Guia da Província, vol. 55. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / APEB, 1997, 142p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, reimpressão, 2007, 320p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, 124p.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, 08/01/1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm. Acessado em 06maio2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico**; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A Normalização da Descrição Arquivística**: Avanços internacionais e a situação do Brasil. Acessado em 03maio2010. <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/a_normalizacao_da_descricao_arquivistica_avanos.pdf>.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002, 64p. (Projeto como Fazer, 6).

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **Arquivos Públicos do Brasil**: Da Realidade À Virtualidade. http://www.udesc.br/arquivos/secao/cdoc/Artigo_Arquivo_Publico.pdf

RODRIGUES, Georgete Medleg. “A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística”. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, p.210-229. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, vol.2).

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnica. 6. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.